

CAPÍTULO 2

... acreditamos e trabalhamos para posicionar a infância como o lugar de encontro de vários setores, que configuram uma realidade social. ... entendemos a gestão compartilhada como uma ferramenta para ampliar a democratização, a base para a tomada de decisões. De certa forma, ela se relaciona com o fortalecimento da cidadania e da participação, em todas as fases de um projeto.

Entidade privada de origem empresarial, sediada na Argentina, a missão da Fundação Arcor é contribuir para que a educação seja uma ferramenta de igualdade de oportunidades para a infância. Seu trabalho caracteriza-se por gerar alianças em torno de um objetivo comum: o desenvolvimento da criança.

Nós adotamos uma perspectiva voltada ao desenvolvimento infantil de modo integral. Essa visão se traduz nas formas de olhar os projetos a serem apoiados. Ainda que tenham determinado recorte e trabalhem sobre certa temática, queremos que adotem esse olhar integral. Historicamente, o tema talvez tenha sido abordado a partir da ênfase biológica, mas, nos últimos anos, o enfoque sociocultural adquiriu mais importância.

Trata-se de uma abordagem voltada ao desenvolvimento infantil não só como uma questão biológica, mas também como um processo pelo qual o sujeito passa da posição de sujeito individual para a de sujeito social. Essa é a chave para se entender o desenvolvimento infantil. A constituição do sujeito social implica um sujeito político e histórico.

Assim como abordamos o desenvolvimento infantil sob uma perspectiva integral, propomos que as intervenções tenham de adotar uma perspectiva integradora, ao estabelecer relações com a família ampliada. Ninguém questiona o papel da família como primeiro e principal meio de socialização das crianças.

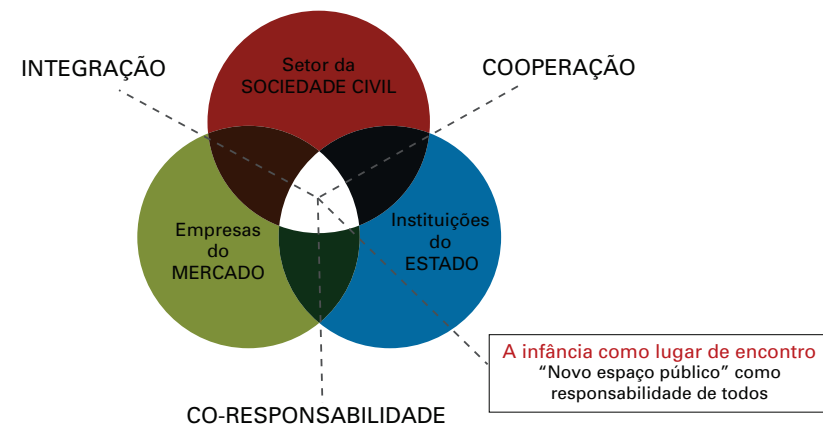
Entendemos que as crianças aprendem o que elas vivenciam. O meio que as envolve fornece fontes de aprendizagem. Ele tem muito mais força que aqueles aprendizados promovidos explicitamente. Criam-se matrizes de aprendizagem, que a psicologia social desenvolveu de maneira conceitual. Deixa-se um rastro, uma maneira de aprender e de se relacionar com o mundo. Assim, a idéia de que as intervenções devem ser integradoras está ligada ao fato de que elas devem abordar os diferentes elementos que formam a realidade na qual a criança vive.

Nessa perspectiva integradora, acreditamos e trabalhamos para posicionar a infância como o lugar de encontro de vários setores, que configuram uma realidade social. Dizemos ‘lugar de encontro’ porque acreditamos que é possível articular as contribuições das organizações da sociedade civil, das instituições do Estado e das empresas em torno da preocupação com a infância.

É preciso fazer da infância uma causa para a qual atores diversos possam realizar diferentes aportes. As empresas, as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil têm algo a contribuir. Deve-se pensar com criatividade, e não de modo convencional, repetindo que o mercado tem de destinar recursos econômicos, o Estado deve fornecer a legitimidade sociopolítica-institucional, e as organizações da sociedade civil cumprem o papel de prover o trabalho de campo. Essa é uma visão reducionista das contribuições possíveis para a causa da infância.

Promovemos iniciativas nas quais buscamos a participação de diversos atores. Muitas vezes, o setor empresarial tem um olhar voltado aos resultados, e esse é um aporte importante, com a formatação de ferramentas de avaliação e a gestão de desempenho. O destaque do setor empresarial reside nessa lógica competitiva e de resultados. Não podemos reproduzi-la como um bloco, de forma mecânica, mas podemos discuti-la para que a contribuição do setor seja realmente significativa, e não se reduza apenas ao aporte econômico-monetário.

A Infância: lugar de encontro



Promovemos a ideia de gestão local compartilhada, que tem a ver com um modo de trabalho envolvendo os diferentes atores que compartilham um território. Acreditamos na importância do território, que praticamente define o cenário de atuação. A partir de critérios geográficos, há um trabalho de georreferenciamento. É inquestionável o componente político, mas também consideramos delimitador do território o componente simbólico-cultural de identidade e o sentimento de pertencer à comunidade.

Ao mesmo tempo, entendemos a gestão compartilhada como uma ferramenta para ampliar a democratização, a base para a tomada de decisões. De certa forma, ela se relaciona com o fortalecimento da cidadania e da participação, em todas as fases de um projeto.



Nós atuamos de diversas maneiras. Podemos atender diretamente uma demanda, podemos convocar projetos de determinados temas, com foco populacional... Essa flexibilidade consiste numa forma de atender diretamente as demandas.

A identificação de territórios e a intervenção por meio de modelos de abordagem definidos, relacionados com a estratégia proposta, constituem a modalidade na qual estamos trabalhando mais fortemente. Buscamos melhorar o acesso das crianças à educação reconhecendo a comunidade ou tentando fazer dela um espaço educativo para as crianças e, a partir da abordagem comunitária, potencializando, articulando os distintos agentes locais existentes em cada comunidade.

Contamos com níveis de avaliação das propostas que nos chegam em três momentos diferentes. Um nível ligado à análise, à seleção e à aprovação das propostas; um nível de acompanhamento e monitoramento, quando os projetos se encontram em desenvolvimento; e, por último, um nível de avaliação dos resultados e dos impactos dos projetos apoiados.

Quando chega uma proposta, quais elementos são observados? Espera-se que eles tendam a fortalecer os espaços familiares e institucionais, sejam informais e comunitários ou formais, e tratem ou posicionem as crianças como sujeitos de direito. Trata-se de critérios indispensáveis. Todo projeto que apoiamos deve, de alguma forma, fortalecer os espaços existentes e fazer com que, nesses espaços, as crianças não sejam vistas como um objeto de

proteção, de uma prática tutelar ou assistencialista, mas, ao contrário, sejam consideradas sujeitos de direitos.

Essa avaliação é difícil, pois, ao longo do tempo, as organizações desenvolveram discursos politicamente corretos, assim como nós. Raramente se assume adotar um olhar assistencialista. Portanto, faz-se necessário identificar essa proposta na própria lógica do projeto, na maneira como são pensadas as atividades, as metas, os resultados, os orçamentos. Muitas vezes, há inferências, podendo-se cometer erros.

Outro elemento levado em conta, e bastante inovador, é a inclusão de campanhas de comunicação orientadas aos diversos atores. Elas ampliam a cobertura do projeto. Por ser uma iniciativa do setor privado, para uma Fundação fica impossível alcançar uma cobertura universal, como podem e devem ter as políticas públicas. Mas, com as campanhas de comunicação, um projeto pode ter seus efeitos multiplicados. Não se trata somente de pensar em cartazes e cartilhas, mas em parcerias com meios de comunicação locais, convidados a participar das nossas iniciativas.

Os projetos também precisam identificar modelos e práticas de cuidado infantil de diferentes comunidades – algo extremamente importante. Todo projeto deve começar a partir do que já existe no nível comunitário para ser potencializado, melhorado, sem desconsiderar a realidade ou tentar criar o modelo ideal e correto de como se deve acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das crianças.

Além disso, devem-se formar membros da comunidade com perfil educativo, capazes de reproduzir e multiplicar a experiência e fortalecer estratégias que partam do reconhecimento do espaço onde as crianças estão. As crianças estão em todas as partes, mas há alguns lugares mais importantes para elas, como, por exemplo, uma praça ou um campinho de futebol. Trabalhar com esses lugares, levar em conta esses espaços onde as crianças vivem cotidianamente, não apenas os espaços formais, constitui uma estratégia importante.

Mais que isso, é preciso visar à ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços. Os projetos devem propor o desenvolvimento de determinadas normas para o funcionamento das instituições que atendem crianças. Em 2006, na Argentina, discutiu-se uma nova lei de

educação nacional, cujo principal ponto versava sobre a obrigatoriedade da educação para as crianças de 3, 4 anos. Por fim, decidiu-se que a educação é obrigatória a partir dos 5 anos de idade. Foi um ponto de discussão importante, sobre o qual existem diferentes posições. No entanto, há o consenso de que deve existir algum tipo de norma para os espaços que acolhem crianças, os espaços comunitários, os jardins de infância.

Quanto ao acompanhamento dos projetos, é necessário estruturar determinados dispositivos, basicamente, de monitoramento. O principal ponto a se avaliar consiste na sustentação das propostas, a sustentabilidade dos projetos. Nesse sentido, não acreditamos que a sustentabilidade exista por si própria, mas que é preciso criar condições para que as propostas sejam sustentáveis – condições políticas, institucionais, econômicas.

Em todas as experiências, tentamos extrair aprendizados. Procuramos sistematizá-las e publicá-las, de modo a gerar um processo de disseminação. Nos últimos anos, nos propomos a fazer com que todo processo – todo projeto apoiado e nossas iniciativas como fundação – incida sobre diversos atores, sobretudo o agente público. Acreditamos que as ações devem se transformar em políticas de Estado, pois há iniciativas singulares, mas difíceis de manter ao longo do tempo. Portanto, desde o início da nossa ação, pensamos sobre como ela se relacionará com as políticas públicas e de que maneira poderá se transformar em um plano, no médio e no longo prazos, mais do que em um projeto particular e limitado que se está levando a cabo em um lugar e um tempo determinados.

JAVIER RODRIGUEZ

Formado em Ciências da Educação e Educação Física. Trabalhou em docência nos níveis de Educação Secundária e Terciária em Formação Docente. Foi membro de ONGs de promoção social. Atualmente, coordena a área de Relações Institucionais e Mobilização Social da Fundação Arcor, na Argentina.